

## **Banco Central inicia segunda fase do Piloto Drex**

Cessão de recebível, transações com debêntures e crédito colateralizado em CDB estão entre os assuntos que serão avaliados. Desenvolvimento dos projetos terá início nas próximas semanas.

O Banco Central (BC) divulgou recentemente a lista dos treze temas selecionados para a segunda fase do [Piloto Drex, o real digital](#). Os assuntos foram escolhidos pelo Comitê Executivo de Gestão (CEG) da iniciativa a partir de 42 propostas recebidas. Os temas e seus desenvolvedores são descritos a seguir.

### **1. Cessão de recebível: ABC e Inter**

Nesse caso, a Distributed Ledger Technology (DLT - Tecnologia de Registro Distribuído) é utilizada para facilitar a movimentação de valores que as empresas tenham a receber por operações feitas entre o estabelecimento comercial e seus fornecedores com cartão de crédito - os recebíveis de cartão de crédito. Esse instrumento tende a facilitar a obtenção de crédito por pequenas empresas, seja pela redução de seu custo ou pela flexibilidade, para gestão de sua carteira de recebíveis.

### **2. Crédito colateralizado em CDB: BB, Bradesco e Itaú**

Em operações de capital de giro, empresas procuram o setor financeiro para fazer empréstimo e atender a necessidades de caixa de seu negócio. O uso de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) como garantia (colateral) nessas operações reduz o custo do empréstimo e preserva a rentabilidade da aplicação. Esse instrumento pode ter papel relevante para pequenas e grandes empresas na gestão de sua vida financeira.

### **3. Crédito colateralizado em títulos públicos: ABBC, ABC e MB**

Similar ao modelo anterior, com a potencial popularização do uso de títulos públicos pelas pessoas como instrumento de poupança, esse caso de uso pode reduzir o custo de empréstimos para o consumo da população. Ao utilizar essa poupança como garantia no empréstimo, o cidadão poderá ter reduções substanciais no custo da operação, além disso continuará com sua poupança sem a perda de rendimentos.

### **4. Financiamento de operações de comércio internacional (Trade Finance): Inter**

Essa solução de financiamento comercial (trade finance) pode ser aplicada para mercadorias, como commodities agrícolas, em uma plataforma programável com a tokenização do documento de embarque da mercadoria, permitindo seu pagamento fracionado de maneira ágil. Pela interoperabilidade entre o Drex e uma plataforma de Central Bank Digital Currency (CBDC) de outro país, o caso de uso simplifica e reduz o custo de acesso ao mercado global, além de catalisar a inovação no comércio internacional brasileiro.

### **5. Otimização do mercado de câmbio: XP-Visa e NuBank**

A proposta visa melhorar a eficiência, a transparência e os controles de risco do mercado de câmbio entre o real e outras moedas soberanas, tendo como objetivo a negociação 24 horas por dia e sete dias por semana. Além da oportunidade de redução de custo por meio de otimizações no fluxo, a tokenização de contratos de câmbio permitirá o registro e a garantia do cumprimento de todas as regras e condições da transação de compra e venda de moeda estrangeira.

### **6. Piscina de liquidez para negociação de títulos públicos: ABC, Inter e MB**

Inspirado no modelo de finanças descentralizadas, o caso de uso propõe a criação de uma infraestrutura para operações de compra e venda de títulos públicos federais. Nessa solução, os processos de negociação, registro, liquidação, conciliação e custódia são realizados por meio de contratos inteligentes, de forma que possam ser executados automaticamente, simplificando o

acesso da população a essa oportunidade de investimento e agilizando o uso de títulos públicos em outras operações.

#### **7. Transações com Cédula de Crédito Bancário (CCB): ABBC**

#### **8. Transações com debêntures: B3 e BTG**

Os casos de uso que se propõem a tratar de títulos de dívida, especificamente CCB e debêntures, permitem que sua negociação e liquidação sejam feitas de forma simplificada, automática e com custo reduzido. Tanto as CCB quanto as debêntures são ativos de ampla negociação, sendo comum em operações da maior parte das instituições financeiras. Sua inclusão no Drex trará maiores facilidades para a negociação desses ativos e para o acesso de empresas a essas formas de financiamento.

#### **9. Transações com ativos do agronegócio: TecBan, MB e XP-Visa**

#### **10. Transações com créditos de descarbonização (CBIO): Santander**

Consideradas as características do Brasil, o financiamento sustentável do agronegócio e as finanças verdes são temas da maior importância. Os casos de uso propostos visam melhorar os mecanismos de negociação e formação de preço desses ativos, dando as garantias necessárias para que se possa investir em projetos sustentáveis e de elevada produtividade.

#### **11. Transações com automóveis: B3, BV e Santander**

#### **12. Transações com imóveis: BB, Caixa e SFCoop**

Essa é uma das categorias de aplicação da DLT que tem maior apelo para a população, justamente por ajudar a resolver o problema da transferência de propriedades de valor elevado, como um imóvel ou um automóvel – um problema com o qual cada um de nós normalmente se depara ao menos uma vez. O uso da plataforma Drex elimina os riscos dessas transações de forma a torná-las mais simples e acessíveis.

#### **13. Transações com ativos em redes públicas: MB**

As redes DLT públicas são uma importante fonte de inovação para o ambiente de ativos digitais e tokenizados. Novos modelos de negócio e novas oportunidades para os participantes do mercado financeiro frequentemente se apresentam, a princípio, nesses ambientes. O caso de uso propõe a conexão da plataforma Drex a esses ambientes, permitindo que se discuta a melhor maneira de se desenhar um arcabouço regulatório robusto que permita que tais inovações cheguem de forma segura à população.

Os temas de transações com debêntures e com ativos do agronegócio foram selecionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em parceria com o BC no desenvolvimento do Piloto Drex.

### **Usabilidade**

Nesta segunda fase, serão testadas a implementação de serviços financeiros, disponibilizados por meio de contratos inteligentes, criados e geridos por terceiros participantes da plataforma.

"Vamos avaliar os diferentes casos de uso, sempre levando em conta os requerimentos de privacidade exigidos pela legislação em vigor. Também iremos testar o uso de ativos não regulados pelo BC. Para isso, estamos trabalhando em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Outros reguladores também demonstraram interesse em testes de operações com ativos de sua competência, de modo a ampliar a usabilidade da plataforma", explicou Fabio Araújo, Coordenador da Iniciativa do Drex e Consultor do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamento (Deban) do BC.

Araújo avisou que o desenvolvimento dos temas deverá ser iniciado nas próximas semanas, em ambiente específico para cada um, onde reguladores e participantes poderão discutir a melhor estratégia de implementação e a governança dos novos serviços, além de avaliar a interação das soluções de privacidade disponíveis com a implementação do tema proposto.

## **Participantes**

Atualmente, o Piloto Drex conta com a participação de dezesseis consórcios ou empresas, todos engajados nos testes e no desenvolvimento dos recursos necessários à operação da plataforma. São eles:

- ABBC – Banco Brasileiro de Crédito, Banco Ribeirão Preto, Banco Original, Banco ABC Brasil, Banco BS2 e Banco Seguro, ABBC, BBChain, Microsoft e BIP;
- ABC – Banco ABC, Hamsa, LoopiPay e Google;
- B3 – Banco B3, B3 e B3 Digitas;
- BB – Banco do Brasil;
- Bradesco – Bradesco, Nuclea e Setl;
- BTG – Banco BTG;
- BV – Banco BV;
- Caixa – Caixa, Elo e Microsoft;
- Inter – Banco Inter, Microsoft e 7Comm;
- Itaú – Itaú Unibanco;
- MB – MBPay, Cerc, Sinqia, Mastercard e Banco Genial;
- Nubank – NuBank;
- Santander – Santander, Santander Asset Management, F1RST e Toro CTVM;
- SFCoop – Ailos, Cresol, Sicoob, Sicredi e Unicred;
- TecBan – Basa, TecBan, Pinbank, Dinamo, Cresol, Banco Arbi, Ntokens, Clear Sale, Foxbit, CPqD, AWS e Parfin; e
- XP-Visa – XP e Visa.

## **Mais participantes**

Ainda em 2024, o BC receberá novas propostas de candidatura de entidades interessadas em participar do Piloto Drex. Os selecionados deverão testar a implementação de contratos inteligentes até o fim do primeiro semestre de 2025.

Saiba mais sobre o Drex [aqui](#). (Re)veja também os episódios [87](#) e [88](#) do BC te Explica sobre o assunto.

[Saiba mais sobre o Drex](#)

---

**Parceria global para inclusão financeira faz sua 3ª plenária no Rio de Janeiro (RJ)**

De 25 a 27 de setembro, a Parceria Global para Inclusão Financeira (Global Partnership for Financial Inclusion - GPFI) realiza sua 3ª e última plenária na cidade do Rio de Janeiro. A GPFI faz parte da trilha financeira do G20 e funciona como fórum para troca de experiências entre países e organismos internacionais para melhorar o acesso da população mundial a serviços financeiros.

Em 2024, a GPFI está focada na evolução da jornada do consumidor de serviços financeiros. Após avanços nos últimos anos na quantidade de pessoas e MPMEs incluídas no sistema financeiro, o foco agora é aumentar a qualidade da inclusão e o bem-estar financeiro.

25 de setembro - evento paralelo aberto à imprensa

Na quarta-feira, o Banco Central, a Gates Foundation e o Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV organizam o evento "The Journey of Financial Inclusion: from Access to Financial Well-being", na sede da FGV, na Praia de Botafogo. O credenciamento começa às 8h30; o evento termina às 17h30. As sessões de apresentação discutirão os seguintes temas:

- do uso de serviços financeiros pela população de baixa renda (estudo de caso brasileiro);
- da importância da competição para inclusão financeira;
- de exemplos práticos de qualidade na inclusão financeira;
- de políticas públicas para bem-estar financeiro.

[clique aqui](#) para ter acesso à programação completa. A inscrição específica para o dia 25 ocorre [neste link](#).

26 e 27 de setembro - evento fechado à imprensa. Porta-voz será disponibilizado

Nos dias de plenária do GPFI, as reuniões serão privativas das delegações. Contudo, os jornalistas presentes poderão agendar conversa com Luís Mansur, chefe do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira, do Banco Central.

A diretora Carolina Barros participa da abertura da plenária, por vídeo gravado. O diretor Renato Gomes participa de um dos painéis. O GPFI aguarda ainda a confirmação da presença da rainha Máxima, dos Países Baixos, que pode vir a participar de um dos painéis. Não há previsão de entrevistas com os diretores do Banco Central nem com os representantes estrangeiros.

O encontro será no Hotel Windsor Oceânico, na Barra da Tijuca. Os jornalistas interessados em comparecer nos dias 26 e 27 devem fazer credenciamento com foto em <https://g20.org/accreditation/media>. Para solicitar o credenciamento, é necessária carta do veículo designando do profissional para a cobertura do evento. Para ter acesso ao espaço, as equipes de jornalismo devem se identificar na recepção.

O prazo para credenciamento vai até as 23h59 de 25 de setembro. Dúvidas de jornalistas devem ser enviadas para [imprensa@bcb.gov.br](mailto:imprensa@bcb.gov.br).

---

### **Entrevista coletiva sobre as Estatísticas Monetárias e de Crédito de agosto será feita às 15 horas do dia 27**

A entrevista coletiva sobre a nota das Estatísticas Monetárias e de Crédito relativa ao mês de agosto será realizada às 15 horas do dia 27 de setembro, a próxima sexta-feira.

A mudança de horário se deve a uma questão de agenda do chefe em exercício do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Renato Baldini. Normalmente, as coletivas são feitas às 10h30 do dia de divulgação da nota.

A nota será publicada em seu horário habitual, às 8h30 do dia 27.

**Fonte:** [BC](#), em 23.09.2024.

